

ASPECTOS CONCEITUAIS DO SISTEMA AGRÁRIO DO VALE DO TOCANTINS COLONIAL

Maria de Nazaré Angelo-Menezes¹

RESUMO

Neste ensaio, utiliza-se a noção de sistemas agrários na perspectiva de contribuir para o conhecimento de sociedades agrárias coloniais, suas mudanças e fragilidades quando pressionadas ou subordinadas aos ritmos de exploração e uso ditados pelo capital mercantil. Na Amazônia, as instituições coloniais e as forças da economia mercantil modelaram um novo sistema agrário. Assim é que, através dos efeitos das perturbações da colonização ocorridos no Vale do Tocantins, esse espaço físico, econômico e social serve como cenário para considerar os fenômenos de uma realidade demográfica de maiorias a minorias, vista por grupos sócio-étnicos: livres e escravos que intervieram e interagiram nesse meio durante o povoamento colonial e ainda exercem influência sobre o atual sistema produtivo.

Palavras-chave: sociedades agrárias coloniais, economia mercantil, desenvolvimento rural colonial.

CONCEPTUAL ASPECTS OF THE AGRARIAN SYSTEM OF THE VALLEY OF COLONIAL TOCANTINS

ABSTRACT

In this paper the notion of agrarian systems is used in the perspective of contributing for the knowledge of colonial agrarian societies, its changes and fragilities when pressed or subordinates to the exploration rhythms and use dictated by the mercantile capital. Are also mentioned in the Amazonian Basin the colonial institutions and the forces of the mercantile economy modeled a new agrarian system. Various effects of the disturbances of this colonization happened in Tocantins. The physical, economical and social space serves as scenery to consider the phenomena of a demographic reality of majorities to minorities, viewed through the: free persons and slaves that interacted in that environment during the colonial settlement and they still exercise influence on the current productive system.

Key words: colonial agrarian societies, mercantile economy, colonial rural development.

¹ Eng. Agrôn., Doutora em História Agrária Regional, Professora, Pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPa.

A PAISAGEM FÍSICA E HUMANA DO VALE DO TOCANTINS

A paisagem como produto da história interferiu nos aspectos socioambientais do Vale do Tocantins na medida em que a população tradicional passou por um processo de descontinuidade em relação à sociedade. O lado material transformou as atividade dos homens, e o sistema agrário foi atingido por acontecimentos externos, tais como guerra, conquistas, epidemias e deslocamento de populações. As substituições de populações sobre um mesmo território resultou na destruição das configurações originais.

A descrição do Tocantins, feita pelo Jesuíta João Daniel², mostra que esse rio era a estrada segura para os navegantes se protegerem das correntes e das ventanias da costa marítima. O Rio Tocantins ou antigo Rio Pará facilitava a comunicação com as minas de Mato Grosso desde que o navegador fosse bom conhecedor de seu leito pois, nas vazantes das marés, os bancos de areias encalhavam as embarcações que eram obrigadas a esperar a nova maré para poderem seguir em frente. No maior afluente do Tocantins, o rio Acará, que tem quinhentos metros de largura na foz e uma extensão de novecentos quilômetros, foram concedidas as primeiras terras de Sesmaria do Vale, localizadas especificamente no rio Acará-Miri, afluente do Acará³.

No período colonial, a perturbação interna decorrente da colonização portuguesa fez mudanças bruscas de orientação em determinados pontos essenciais ao funcionamento da sociedade indígena. Essas mudanças provêm prioritariamente da diminuição da organização social dos índios, assim como da desestruturação tecnológica da atividade produtiva. O resultado foram as mudanças da paisagem agrária, decorrência da restrição dos recursos, das escolhas técnicas ou, ainda, das modalidades da repartição social e dos benefícios que foram esquecidos no processo de escolha.

Os recenseamentos, apesar de incompletos, permitem demonstrar como os sistemas e práticas agrárias foram inviabilizados ou interrompidos por um sistema político administrativo influenciado por um fator externo: o mercado.

Na segunda metade do século XVIII, começaram as sistematizações das informações demográficas. Em 1750, a determinação da metrópole resulta em censos da população livre e, a partir dos anos 1770, torna-se corrente a contagem

² Daniel (1976).

³ APP: Livro de Sesmarias.

de todas as pessoas, incluindo escravos africanos. Em 1776, o censo oficial da capitania do Grão-Pará indica uma população de 55.315 habitantes; todavia, dos recenseamentos conhecidos para o Pará, é o de 1779 que distribui a população em 24.780 pessoas livre, 19.588 índios aldeados e 12.893 escravos⁴.

Os dados de população para o Vale do Tocantins remontam a 1765 com a contagem de 6.398 habitantes e permitem diferenciar dois tipos de unidades produtivas integrados ou não ao mercado, sendo as vilas de Cameté, Mojú, Acará, Igarapé-Miri e Abaetetuba representantes da forma integrada ao mercado (cana-de-açúcar e cacau), e os lugares de índios⁵ de Barcarena, Conde, Beja e Baião, menos integradas (agricultura de mandioca, arroz, feijão), com tendências a dominação do mercado⁶.

O censo de 1789 feito com os índios agrupados nas unidades missionárias (aldeias), na capitania do Grão-Pará, indica a existência de 21.513 índios distribuídos em 4.356 unidades familiares de produção (fogos)⁷, ou domicílios de onde era gerada a base de informações para a confecção das listas nominais, ainda que as relações fossem feitas, muitas vezes, somente com a contagem das Vilas⁸.

A contagem da população do Vale do Tocantins na primeira metade do século XX, especificamente nos Lugares de Índios de Baião e Barcarena, indica que não existiam índios entre a população, estando concentrados nos Lugares de Índios de Conde e Beja, somando 1.157 elementos.

Algumas hipóteses podem ser levantadas para a “ausência” censitária no Lugar de Baião: a população indígena foi incorporada à contagem da pessoas livres da Vila de Cameté com a qual mantinha estreita dependência econômica e política; enquanto que o Lugar de Barcarena, cujas ligações étnicas com os Lugares de Conde e Beja eram estreitas devido a localização espacial, os censos ignoraram as especificidades das populações locais.

⁴ AHUM — Lisboa; caixa 40, período de 1778 a 1780: documento de 1º de Janeiro de 1779. Mapa de todos os habitantes e fogos que existem no Pará. Governador João Pereira Caldas.

⁵ Resquícios de aldeias missionárias com produções menos integradas ao mercado, ao contrário das Vilas, onde a maior parte da população era de colonos europeus.

⁶ AHUM — Lisboa, caixa 27 (1765) e APP — CM. códice n° 954. Estatística da população (1765-1769).

⁷ AHUM - Lisboa, Caixa n° 31, período 1770 a 1790. Povoações de índios da Capitania do Grão Pará; mapa n°2.

⁸ Smith (1996, p.2).

Uma segunda hipótese é de que a estrutura familiar dos índios foi afetada pelo recrutamento militar, pelas relações sociais impostas pelos Jesuítas e, posteriormente, pelo Diretório do Índio que modificou o controle e tutela dos religiosos para a administração dos diretores, impondo o trabalho compulsório dos índios. Existe ainda a possibilidade de que os dados censitários não retratem exatamente o contingente populacional de índios, pois aqueles que não eram aculturados pela milícia e estavam fora dos regimentos militares não eram integrantes da contabilidade das relações censitárias. Finalmente os conflitos por causa de terras e de trabalho levavam os índios a se evadirem, para escapar aos rigores das prisões, castigos e recrutamentos⁹.

AS FREGUESIAS TRANSFORMADAS EM VILAS NO VALE DO TOCANTINS

O tratado comercial de 1763¹⁰ que determinou o fim das guerras imperiais fez com que as metrópoles dependessem ainda mais de suas colônias. A atenção de Portugal para a Amazônia se faz presente nas políticas Pombalinas, executadas por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão entre os anos de 1751 a 1758¹¹. A preocupação da metrópole era a recuperação dos rendimentos da colônia como forma de empreender também a recuperação das finanças de Portugal. Em 1755, o Ministério Pombalino apoiava-se na teoria econômica emergente, e do ponto de vista político-econômico foi marcado pelo descontentamento de setores mercantis, diante da questão dos monopólios estabelecidos em favor da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão¹². Nesse período da crise do sistema colonial mercantilista, que se prolongaria até o início do século XIX, o Diretório era o conjunto de instruções para redimensionar o papel das antigas aldeias missionárias no contexto da economia colonial. O investimento em transformar as aldeias em vilas articulava os componentes mão-de-obra, e a produção era concentrada nesses núcleos missionários. Entretanto a desagregação do que constituía o eixo das missões, com a extinção da figura do missionário na região substituído pelo diretor, retirou da esfera da religião a autoridade, elemento que possibilitava a manutenção da aldeia como um espaço de conversão e manutenção da mão-de-obra indígena. As aldeias transformadas

⁹ Porto Alegre citado por Smith (1996, p.14).

¹⁰ Chase (1987).

¹¹ Carneiro de Mendonça (1963).

¹² Falcon (1982, p.301).

em vilas findaram por desestabilizar a construção da cultura indígena surgida nas missões, sustentada que era pela aglutinação da produção e da religião. A decadência experimentada a partir dessa nova organização espacial, aliada a substituição de missionários por diretores, atingiu o Vale do Tocantins. O quadro administrativo decadente expressava-se na escassez da farinha, decorrente de levantes e fugas de índios.

AS ALDEIAS TRANSFORMADAS EM LUGARES DE ÍNDIOS NO VALE DO TOCANTINS

A demografia histórica da Amazônia, aos poucos começa a ser sistematizada por meio de estudos microrregionais. Todavia, os dados disponíveis para a recomposição da demografia indígena dos habitantes dos lugares de índios do Vale do Tocantins são raros, dificultando a sua representação extremamente importante na população da Capitania do Grão-Pará. A procura de destacar a importância dos indígenas na Capitania do Grão-Pará pressupõe menor destaque da atividade canvieira e do escravo, onde a presença do negro africano era superada pela população indígena, fato que marca a diferença do Pará com as Capitanias do Nordeste, cujas variáveis demográficas eram bem diversas.

Dentre os 68 lugares de índios da Capitania do Grão-Pará quatro localizavam-se no Vale do Tocantins: os lugares de Conde, Beja e Barcarena ficavam no delta do Amazonas, próximos à Belém, sendo palcos das lutas travadas durante a Cabanagem¹³, movimento popular ocorrido na Província do Pará após a Independência do Brasil. O lugar de Baião, localizado a jusante da vila de Cameté, foi menos atingido¹⁴. Com o Diretório do Índio, a repartição dos índios¹⁵ entre os moradores impediu o desenvolvimento econômico e social dessa população que dispunha de menos tempo do que o necessário para sua reprodução.

O DESENVOLVIMENTO RURAL COLONIAL

O desenvolvimento rural pensado para o delta amazônico na segunda metade do século XVIII desprezou relações interiores da sociedade agrária em relação

¹³ Prado Junior (1992, p.71).

¹⁴ Baião - CDG - APP: código 293.

¹⁵ Conde - CDG - APP: código 12 - documento 100.

à sociedade e seu território. As modificações dos sistemas agrários apoiaram-se em relações sociais escravistas, transformando o índio em escravo, ao lado do escravo de origem africana. De extrativista que era, o índio passou a ser escravo das capoeiras. A mão-de-obra africana, acrescida à do índio, ajudou na transformação das paisagens, resultando sistemas agrários voltados para o mercado internacional em expansão. Foram desconsideradas as relações de produção e os sistemas agrícolas locais de um espaço onde as relações técnicas tinham sido definidas depois de gerações, representadas nas relações de exploração entre elas e o meio ambiente. Na ótica mercantilista, os sistemas agrícolas estavam fora da formalização da exploração enquanto sistema organizado e condizentes com as relações de produção definidas para este território. A consequência é que as políticas Pombalinas desencadeadas na região desconsideraram limites físicos e socioculturais, como por exemplo os climáticos, explicitados na tentativa do cultivo do trigo no Vale do Xingu em 1710, onde a média de temperatura anual é acima de 27°C e o índice pluviométrico atinge 2.200 mm: inadequado ao trigo que exige temperaturas amenas. Outro indicador comprometedor do projeto econômico português, precursor das modificações dos sistemas agrários amazônicos, foram as relações sociais escravistas que transformaram o índio em escravo. Disso resulta, entre outras perdas, em sistemas de manejo dos recursos florestais pouco absorvidos, devido as práticas indígenas, extremamente diversificadas, não terem sido assimiladas pelos novos habitantes da Amazônia na época do contato europeu, ou talvez por terem escapado aos moldes, interesses e racionalidades inauguradas com a colonização portuguesa e as novas formas de produção que serviram aos interesses mercantis.

A introdução da mão-de-obra africana coroou o processo de transformação das paisagens, com um sistema agrário voltado para o mercado internacional, onde as inovações técnicas eram inadequadas aos ecossistemas, além das novas práticas e métodos agrícolas serem empregados à revelia de componentes técnicos, reforçando ainda mais o distanciamento cultural entre as populações tradicionais e os colonos europeus.

Entre os indicadores da desestabilização da dinâmica dos ecossistemas do Vale do Tocantins, observa-se a exploração intensiva de recursos lenhosos, revelada nas Fábricas Reais de Madeiras¹⁶. Essas estruturas, montadas pela

¹⁶ Angelo-Menezes & Guerra (1998).

administração colonial para o beneficiamento de madeiras destinadas ao mercado europeu, levaram ao rareamento e a dizimação de espécies como o piquiá (*Caryocar vullosum*), e o breu (*Protium* sp.).

A vila de Cametá, a mais importante do Vale do Tocantins, era também a maior produtora da resina do breu que servia para calafetar as grandes embarcações construídas no Arsenal da Marinha Portuguesa, instalado em Belém. Dessa alteração na estrutura florestal resultaram perdas de diversidade, atributo que mais rápido se perdeu nos ecossistemas amazônicos.

SISTEMA AGRÁRIO: EM QUE CONSISTE?

O termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. Ele exprime, particularmente, a interação entre um sistema biológico, representado pelo meio natural, e um sistema sociocultural, mediante as práticas saídas especialmente do conhecimento técnico¹⁷. Daí a necessidade de qualquer intervenção no meio rural passar pela compreensão das formações agrárias e de sua dinâmica dentro de um contexto global, sistêmico e histórico, contextualizado na complexidade da realidade. A análise histórica é indispensável para visualizar-se a extrema diversidade dos sistemas agrícolas e do estágio da organização do meio representado por sistemas técnicos, especialização produtiva, estruturas de exploração, enfim, relações técnicas e sociais de produção e nível de acumulação¹⁸.

O sistema agrário contém elementos que refletem relações de dependência existentes entre as categorias sociais agrárias numa determinada sociedade rural, tais como relações de concorrência e de complementaridade, sendo importante estabelecer a noção de sistema agrário local, que permite a análise de suas atividades agrícolas a nível englobante na sociedade e de suas relações técnicas, econômicas e de diálogo dentro de um mesmo território. Por isso, é importante observar a visão estática das relações entre uma sociedade local e seu território, pois o sistema agrário só se estrutura como construção científica quando sua identificação passa pela compreensão das organizações, práticas sociais e modos de percepção do território pelos atores sociais. A identificação

¹⁷ Vissac & Hentgen (1979).

¹⁸ Angelo-Menezes (1998).

de sistemas agrários locais leva a uma questão mais ampla das ligações entre a organização visível do espaço e o funcionamento dos sistemas que se colocam dentro desse espaço. Em casos como na França, a escala de relações sociais passou da ordem de alguns quilômetros (o lugarejo) a ordem de algumas dezenas de quilômetros, e o território das relações locais se estruturou depois de algum tempo, em torno da pequena cidade rural, como construção social¹⁹.

Ressalta-se que, sem referência de um espaço específico, as representações que se pode ter de um sistema agrário são ilimitadas, porém tendo-se em mente a escala de aplicação, ele corresponde ao modo de exploração de um meio historicamente constituído e durável, adaptado às condições bioclimáticas de um espaço dado e respondendo as condições e as necessidades sociais da época (e que se insere então, de maneira particular, dentro da sociedade global).

O sistema agrário local é caracterizado por diferentes elementos em interação como o ecossistema cultivado, modelado, explorado e reproduzido pelo trabalho agrícola, os meios de produção material biológico, as ferramentas e a força de trabalho; o nível das forças produtivas resultantes, que determina o grau de acumulação e permite uma certa divisão social do trabalho (influenciando mesmo no processo de produção). Finalmente, as relações de produção e de troca que determinam a repartição social do lucro e as superestruturas políticas e ideológicas permitem a reprodução do conjunto.

A exploração agrícola e o sistema agrário representam dois níveis de organização que interagem. No primeiro tempo é necessária a delimitação de unidades geográficas homogêneas com certas características (densidade e repartição do meio agrícola, rural e urbano, malhas de vias de circulação, morfologia do território, etc.), seguida por uma análise de interdependências entre explorações, qualquer que seja seu tipo, definidas anteriormente.

O conceito de sistema agrário adotado e introduzido na pesquisa agrônômica européia, de forma interdisciplinar, particularmente com a geografia²⁰, permitiu o apoio teórico para analisar-se o sistema agrário colonial do Vale do Tocantins que, determinado pelo mercantilismo, ignorou os sistemas das populações tradicionais da Amazônia.

¹⁹ Mendras (1967).

²⁰ Deffontaines & Osty (1977, p.195-199).

Em síntese, o conceito de sistema agrário proposto responde regionalmente dentro de um campo sistêmico de um objeto de pesquisa já existente, onde o nível regional de estudo das relações entre uma sociedade e seu território faz parte de uma longa tradição geográfica. Assim, é importante tentar seguir uma rede de interdependência em diversos níveis (do estabelecimento rural a região); mudando de nível, são as relações entre diferentes atores que tornam pertinentes as relações sociedade e território.

No caso do Vale do Tocantins, para analisar-se as relações entre a sociedade colonial e o espaço rural, a concepção geográfica comunidade—cidade foi considerada como um campo para a verificação das relações existentes entre as principais povoações do Vale do Tocantins — espaço rural —, e a capital do Estado do Pará, Belém — espaço urbano —.

QUAL A ESTRATÉGIA PARA IDENTIFICAR-SE SISTEMAS AGRÁRIOS?

O desenvolvimento sustentável da Região Amazônica apoia-se no conhecimento da composição e da forma da evolução da floresta tropical objetivando estratégias que permitam manter constante seu estado no tempo, postos parâmetros como volume (biomassa), taxas de trocas e circulação dentro de uma margem de valores médios.

A pressão da população sobre os recursos naturais aparece em poucos momentos na história regional. Até recentemente, os estudos eram voltados para a compreensão da dinâmica de inter-relações dos ecossistemas encontrados. Sobre agricultura itinerante, o debate restringe-se a fraqueza dos solos: argumentação que não avançava muito restringindo-se a reconhecê-la como uma prática viável somente com baixos níveis de concentração populacional.

Antropólogos que vêm estudando as culturas indígenas têm levantado uma considerável quantidade de informações sobre os conhecimentos que as tribos possuem, tais como os sistemas de classificação e manejo dos recursos naturais e constituem estratégias de sobrevivência consolidadas e aperfeiçoadas ao longo de um vasto período. As informações sobre a relação população—recursos começam a ser reveladas. A percepção desenvolvida sobre a agricultura itinerante indígena, como prática sustentável inserida num conjunto complexo de tradições culturais refletidas no conhecimento de gerações e dos costumes

respeitados, serve como parâmetro para o debate sobre políticas públicas e gestão ambiental em voga. Os sistemas de manejo dos índios da floresta tropical desenvolvidos a partir da técnica de pousio de terras agricultáveis, nunca inferior a cinco anos, representam práticas de manejo de sucessão secundário em diferentes níveis de manipulações e de preferências florísticas. A constatação deste fato aparece em estudo que explica o por que da Amazônia brasileira, com área em torno de 3.303.000 km², possui 11,8% de manejo antropogênico, significando que a floresta não é em sua totalidade resultado de uma sucessão espontânea, e sim produto de uma regeneração que a alterou positivamente²¹.

No Vale do Tocantins, a degradação do meio ambiente ocorreu em termos físicos e sociais, em razão das mudanças radicais dos estilos de vida que, de alguma maneira, expressavam um equilíbrio ancestral entre pessoas e seu meio. Os novos ensaios agrícolas fomentaram uma agricultura onde os agrossistemas representam a ruptura do ecossistema, objetivando mudança da produção com fins exteriores a lógica interna da população indígena de antes da chegada do colonizador do século XVI, quando existia o índio e um manejo intenso da floresta como mostram as pesquisas da arqueologia apoiada pela antropologia ecológica²².

O manejo aparece como elemento importante por ter proporcionado a reprodução das populações indígenas cujas práticas de vida eram inseridas em uma filosofia milenar, tendo como princípios manter permanentes provisões de recursos e disseminar plantas úteis que eram transportadas com o nomadismo indígena.

Os índios Kaiapós, depois de várias gerações, continuam estabelecendo seus sistemas de manejo a partir da morfologia do terreno e de características vegetais estratificadas em oito categorias segundo o agrossistema que pretendem implantar. O grupo dos Kaiapós da aldeia Gorotire no sul do Pará (Brasil), conhecem cinquenta e oito roças, cada uma correspondendo a diferenças microclimáticas e especificidade de cultivo.

Grande parte desses sistemas agrícolas contém o babaçu (*Orbignya phalerata*), cujas sementes são ricas em aminoácidos e proteínas e o mesocarpo contém amido e carboidratos. Outra cultura básica na dieta alimentar dos

²¹ Anderson & Posey (1989).

²² Roosevelt (1980).

Kaiapós é a banana (*Ravenala guyanensis*) cuja planta é aproveitada para o sombreamento das árvores frutíferas com ciclo vegetativo longo, como a castanha-do-brasil. Estes modelos de sucessão ecológica natural conservam os ecossistemas e incrementam a sua diversidade dentro das necessidades econômicas e sociais de médio e longo prazos.

O SISTEMA AGRÁRIO DO VALE DO TOCANTINS COLONIAL

A sinalização da ruptura provocada pela colonização fez das terras do Vale do Tocantins uma zona de extração intensiva com a busca da canela, utilizando os indígenas submetidos ao regime escravista ou de aldeamento.

A economia extrativa experimenta uma certa transição para a agricultura. O Vale desponta como as terras para os ensaios de agricultura do cacau em substituição a destinação de extensões em cana de açúcar. A produção agrícola de exportação, com base no cacau, convive com a agricultura de elementos que mantiveram posições oscilantes, entre expansão e retraimento, sobretudo na segunda metade do século XVIII e início do XIX.

Após a queda do cacau, recompõe-se uma agricultura familiar estacionária. Da fase do cacau, retêm-se o aumento da população escrava de origem africana, como observou-se em Cametá, e do seu declínio, a estagnação desse crescimento no século XIX.

Os centros importantes de povoamento situaram-se às margens do rio Tocantins e no delta do Rio Amazonas. Vários desses povoados têm a definição de lugar de índio, que constituíam resquícios dos antigos aldeamentos. As freguesias de brancos indicam a concentração dos colonos, descendentes, inclusive escravos e índios sob sua dominação. Os quatro lugares de índios do Vale do Tocantins experimentaram perda de população, e a oscilação ocorria pelas transformações mas, em geral, os lugares de índios decrescem até o final do Diretório do Índio em 1758.

O Vale do Tocantins, de forma segmentada e concentrada, viu aumentar sua população. Batizando as antigas aldeias missionárias com nomes portugueses em substituição aos indígenas, Mendonça Furtado eleva 46 aglomerados humanos à categoria de vila. No período de 1765 a 1769, pode-se diferenciar dois tipos de sistemas agrários integrados ou não ao mercado: as unidades

camponesas das vilas de Mojú e Acará representam forma integrada ao mercado, enquanto as do lugar de Beja se apresentam menos integradas. A agricultura indígena, encontrada nos lugares de índios, apresenta-se com tendências a dominação do mercado²³.

Dados censitários do Vale do Tocantins permitem avançar hipóteses sobre o povoamento:

- 1) O povoamento avança sobre a superfície incorporada a sistemas agrários diversificados: plantation (cana-de-açúcar em Igarapé-Miri e cacau em Cametá)²⁴.
- 2) Houve perdas de populações indígenas, seja por descaracterização censitária, seja pela localização dos índios moradores dos lugares de índios estarem nas freguesias, não sendo recenseados como cidadãos.

Mais fortemente reproduziram-se no Vale do Tocantins os sistemas de produção da Vila de Cametá. Os tipos variavam entre plantios solteiros de café que atingiam 11 mil pés, passando pelo cacau existente na maior parte dos estabelecimentos rurais; além de criatórios de animais do tipo bovino em regime semi-intensivo, estruturado em currais para o manejo das vacas e bezerras²⁵.

A política agrícola pensada para o Vale do Amazonas e iniciada com os ensaios agrícolas na parte meridional do delta amazônico²⁶ produziu consideráveis quantidades de arroz (*Oryza sativa*) no Vale do Tocantins²⁷. Os colonos motivados pelo fomento desenvolvido pelo Estado introduziram esse cultivo nos sistemas de produções. Em Baião os documentos indicam que eram 35 as roças de arroz solteiro²⁸. A mandioca para produção interna continuou não sendo de interesse dos colonos que preferiam as atividades agroextrativistas. As plantas indígenas somadas a produtos extrativos, como cacau, cravo, salsaparrilha, canela e madeiras, transformaram o sistema agrário indígena estabelecido depois de gerações.

²³ A.H.V - C.P.n.27 (1765); A.P.P. - CM. código n° 954. Estatística da População (1765 - 1769).

²⁴ Baena (1829, p.282-371).

²⁵ APP - CDG (Cametá) : código 07 - document 99.

²⁶ APP - CDG (Cametá) : código 16 - document 02.

²⁷ APP - CDG (Cametá) : código 191 - document 34 et código 16 - document 02.

²⁸ APP - DG (Baião) : código 136 - document 06 et código 132 - document 26.

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DO SISTEMA AGRÁRIO DO VALE DO TOCANTINS COLONIAL

A construção de novas vilas e o povoamento com colonos europeus tinham como fim articular a mão-de-obra e a produção concentrada nos núcleos missionários. Até então as missões tinham produzido excedentes que atendiam as novas demandas provocadas pela reestruturação administrativa pombalina. Era fundamental que as povoações continuassem a produzir mais produtos como a farinha, para o prosseguimento do projeto de fortificação e colonização das áreas limítrofes com outras nações. Havia preocupação com o potencial produtivo de cada unidade missionária e definiram-se instruções com este fim. As instruções expressam duas perspectivas: uma administrativa e outra econômica²⁹. O objetivo era detectar a capacidade de cada antiga aldeia e conferir a possibilidade de transformá-la em vila ou em lugar de índios.

Produções das vilas e lugares de índios

A organização do trabalho para a produção colonial pode ser analisado a partir de dois momentos. Começando pelo projeto missionário, verifica-se que este tinha por modelo a inter-relação da produção com a religião, base da dominação missionária. Esse projeto objetivou a instalação de unidades autônomas e lucrativas (aldeias). O lucro provinha das atividades do sertão (feitorias) e da autonomia da organização do trabalho para produzir alimentos. Para assentar as bases dessas unidades, os missionários absorveram e reformularam vários elementos da cultura indígena, principalmente aqueles que tornariam eficiente esse sistema social³⁰.

O novo modelo proposto pelo Diretório do Índio apoiava-se nas bases materiais da organização do trabalho das aldeias missionárias, porém a produção de alimentos e a intensificação do extrativismo, enquanto formas de organização, enfrentaram limites quando mudou o tipo de domínio exercido sobre os índios. O Diretório retraiu a economia e atrofiou a produção de alimentos.

Fatores exógenos como o clima também influenciaram nos rumos do projeto colonial, pois o agroextrativismo pensado para o Vale do Tocantins tinha como substrato o modelo europeu permeado de inovações técnicas.

²⁹ Instrução para a diligência de se erigirem em Vilas as aldeias dos índios" (Carneiro de Mendonça 1963, p.1194-1197).

³⁰ Ravena (1994, p.195)

A intensidade das chuvas e as secas foram relevadas nas atividades produtivas, e o volume das precipitações pluviométricas interferiam nas produções, quando enchentes³¹ impediam a derrubada de árvores e a queima de áreas para o plantio da roça do comum³² de Baião³³, localizado numa região fisiográfica, limite entre o baixo e o médio Tocantins, com particularidades microclimáticas. A análise do inventário dos bens de Baião permitiu a verificação de que parte dos problemas de produção desse lugar provinham dos fatores climáticos, não justificando a substituição do diretor, que era o chefe (Principal) dos índios, sob a alegação de má administração.

Fatores edáficos reduziam a produção do arroz quando não cultivado nas várzeas³⁴. A terra firme era um ecossistema inapropriada ao seu cultivo, resultando produções abaixo de 20 alqueires, quando a média para 4 alqueires plantados nas várzeas eram 400 alqueires colhidos³⁵. O arroz plantado entre os "tocos" da mandioca da roça do comum não ultrapassava 11 alqueires na colheita³⁶. Esses números referem-se ao tamanho padrão estipulado para as roças que era de 200 braças quadradas. Em geral, o sistema de produção da roça do comum tinha como componentes, além da mandioca, o milho e o feijão³⁷.

Era corrente os índios ficarem sem plantar as próprias roças por falta de material vegetativo. Quando a produção da roça do comum não ultrapassava 6 alqueires de raízes de mandioca³⁸, era sinal que as estacas de maniva seriam destinadas as roças do comum. Quando ocorria esse fato o milho e o feijão eram plantados³⁹, componentes exteriores aos sistemas de produção dos índios.

O arroz do comum em Abaetetuba atingia 1.000 alqueires⁴⁰, caso não fosse prejudicada pela caça, que era deslocada do habitat natural, a medida que a floresta era derrubada para serem implantados os sistemas agroextrativistas⁴¹.

³¹ APP - CDG (Baião): código 200 - documento 98.

³² A roça do comum era domínio colonial

³³ APP - CDG (Baião): código 231 - documento 72.

³⁴ APP - CDG (Baião): código 151 - documento 113.

³⁵ APP - CDG (Baião): código 151 - documento 28.

³⁶ APP - CDG (Baião): código 146 - documento 17.

³⁷ APP - CDG (Baião): código 127 - documento 40.

³⁸ APP - CDG (Baião): código 50 - documento 40.

³⁹ APP - CDG (Baião): código 165 - documento 44.

⁴⁰ APP - CDG (Abaetetuba): código 163 - documento 76.

⁴¹ APP - CDG (Baião): código 178 - documento 38.

O ecossistema natural do arroz, em Igarapé-Miri, era relegado, pois a cana-de-açúcar era o produto forte dos sistemas de produção dos colonos. Esse plantio destinava-se, principalmente, à fabricação de aguardente, atividade bastante lucrativa⁴² e comercializada em frascueiras e frascos⁴³.

A farinha, considerada como o pão da Amazônia, produzida pelos produtores do Rio Acará, destinava-se a alimentação dos índios envolvidos em feitorias de manteiga de tartaruga, principal atividade do sertão, privilegiada pelos colonos localizados nesse rio⁴⁴.

Cametá era a zona de maior produção de farinha do Vale. Os documentos indicam que a produção das roças do comum no período de 1753 a 1796 totalizam 3.766 alqueires de farinha, fora a produção de 48 alqueires e 6 paineiros das roças dos índios⁴⁵. Todavia o cacau dominava os sistemas de produção de Cametá. Pode-se atribuir a esse produto o aumento da população escrava africana até o final do século XVIII⁴⁶, quando a queda dos preços⁴⁷ coincidiu com a redução da produção do Vale do Tocantins. Segundo os produtores de cacau (cacaucultores), os frutos pequenos caracterizavam os anos estéreis da espécie. Nesse fim de século a produção destinada aos navios mercantis era insuficiente para o carregamento da frota, sendo grande parte da colheita composta de frutos verdes.

A colheita feita numa superfície maior para compensar a queda da produção exigia suplemento de mão-de-obra, mobilizando índios dos lugares de Conde e Beja, para serem distribuídos entre os colonos dispostos a preencher a baixa produção do cacau domesticado com a intensificação da coleta do cacau extrativo (cacau bravo). Parte da produção do cacau manso (domesticado) colhida entre os anos de 1790 e 1791 foi de 1.805 arrobas correspondente a uma área plantada com 11 mil pés, pertencentes a diferentes produtores⁴⁸.

⁴² APP - CDG (Igarapé-Miri): código 121 - documento 66.

⁴³ APP - CDG (Barcarena): código 267 - documento 25.

⁴⁴ APP - CDG (Acará): código 278 - documento 67.

⁴⁵ APP - CDG (Cametá): códigos 05 - documento 12, código 07 - documento 99, código 08, código 10 - documento 21, código 15 - documento 41, código 23 - documento 62, código 28 - documento 13, código 82 - documento 23, código 123 - documento 16, código 149 - documento 29, código 152 - documento 90, código 82 - documento 23, código 175 - documento 52, código 200 - documento 96, código 205 - documentos 82 e 93, código 257 - documentos 49 e 64, código 265 - documento 72, código 285 - documentos 12 e 50, e código 459 - documento 105.

⁴⁶ Virgolino-Henry & Figueredo (1990, p.10-250).

⁴⁷ Dauril (1974, p.18-28).

⁴⁸ APP - CDG (Cametá): código 10 - documentos 19 e 21.

A expansão da área plantada de café é representada nos sistemas de produção que de uma maneira geral tinham esse componente. Em Cametá, o plantio atingiu 10 mil pés⁴⁹ e no lugar de Baião entre os anos de 1774 e 1795 os indícios são para uma roça do comum com 800⁵⁰ plantas, e outra com um plantio que variava de 12 mil a 15 mil pés⁵¹.

Na fase pombalina, militares e colonos alienados do sistema produtivo atingiram um significativo número e pressionaram as estruturas produtivas decadentes. Esse fato permite a hipótese de que a inabilidade dos agentes burocráticos na reprodução e manutenção das formas organizadas no período missionário, somada à voracidade fiscal e intenso controle da produção, gerou um problema estrutural irreversível. O exemplo está na insuficiência crônica da farinha de mandioca.

O lugar de índios de Baião serve de exemplo, pois as roças do comum, que produziam sempre abaixo da média do Vale, não tinham produções individuais. Não havia interesse por parte dos colonos nessa produção e os índios eram impedidos de participar, pois estavam envolvidos em outras atividades. Baião era abastecido com farinha proveniente de Cametá, alimento da qual dependia a população composta em sua grande parte por índios⁵². O sistema de farinha da vila de Cametá era estruturado com produções intensivas, saindo das roças do comum, em média, 200 alqueires de farinha⁵³.

A escassez de produtos para consumo no Vale do Tocantins marca a diferença da dinâmica da produção do Diretório em relação a fase missionária. No período missionário, parte da produção de alimentos inseria-se nas trocas sem comprometer o consumo interno de cada unidade⁵⁴. Documentos indicam que frequentemente a roça do comum de Baião rendia até 183 alqueires de farinha⁵⁵ e 300 feixes de manivas, parte sendo destinadas aos plantios do Lugar. O arroz, na fase do Diretório, é avaliado com produções em torno de 70 alqueires⁵⁶. Com a mudança na administração, nesse lugar predominaram as atividades extrativistas do cacau e das feitorias de tartarugas⁵⁷.

⁴⁹ APP - CDG (Cametá): código 177 - documento 52.

⁵⁰ APP - CDG (Baião): código 200 - documento 98.

⁵¹ APP - CDG (Baião): código 177 - documento 38.

⁵² APP - CDG (Baião): código 157 - documento 35.

⁵³ APP - CDG (Cametá): código 200 - documento 96.

⁵⁴ Ravena (1994, p.139).

⁵⁵ APP - CDG (Baião): código 274 - documento 68, código 275 - documento 60 e código 289 - documento 36

⁵⁶ APP - CDG (Baião): código 150 - documentos 40 e 45.

⁵⁷ APP - CDG (Baião): código 186 - documento 06.

Os lugares de índios de Beja, Barcarena e Conde, sendo as povoações mais próximas ao delta do Amazonas, mantinham relações de proximidade com a capital do Estado. Isso não diminuía os problemas operacionais da produção de alimentos, agravadas pela falta de ferramentas para o preparo das roças, além de sementes para os plantios. Os colonos não produziam para o consumo interno, e os lugares não dispunham mesmo de sementes, cuja necessidade não ultrapassava 2 alqueires para plantar a roça do comum⁵⁸. O quadro era semelhante ao lugar de Beja. A conclusão é que em determinados períodos a produção não ultrapassava 19½ alqueires de farinha, quando a necessidade para o consumo interno, em média, nos lugares, era de 63 alqueires⁵⁹. Nos períodos sem escassez de ferramentas e insumos, as roças de mandioca produziam aproximadamente 239,5 alqueires de farinha⁶⁰.

As duas instituições econômicas depositárias das produções no período colonial eram a Tesouraria Geral do Comércio do Índio, responsável pelas produções das roças do comum e das feitorias (fruto das atividades desenvolvidas pelos índios, porém de usufruto real), e a Fazenda Real, responsável pelos dízimos e monopolizadora dos transportes⁶¹.

O lugar de Beja, com a aproximação do fim do século XVIII, estava longe de satisfazer as instituições econômicas. As remessas dos dízimos nos anos 1760 não ultrapassaram 780 arrobas de cacau, 5 ½ arrobas de salsa, 4 ½ de breu, 67 arrobas de peixe-boi, 37 potes de manteiga, 6 potes de michiras (alimento feito de vísceras), 52 tartarugas e 2 paneiros de cacau, além da produção de material próprio para confecções de paneiros, redes de dormir e móveis.

Os documentos indicam que produções concernente aos lugares de índios de Barcarena e Conde continuaram dominadas pela economia extrativista conforme vontade dos diretores; entre os anos de 1762 e 1770, os produtos vindos nas canoas do comércio desses lugares somavam 2.366 arrobas de cravo fino e grosso, cacau, estopa de castanheiro, peixe-boi e salsa.

No Vale do Tocantins, as produções de peixe de Moura (salgado), breu, tartarugas, lingüiça e michiras, anteriormente destinadas ao comércio local, passaram a fazer parte dos produtos selecionados para exportação pela Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

⁵⁸ APP - CDG (Beja): código 89 - documento 15.

⁵⁹ APP - CDG (Beja): código 224 - documento 42.

⁶⁰ APP - CDG (Beja): código 45 - documento 26 e código 107 - documento 66.

⁶¹ APP - CDG (Beja): código 50 - documento 02.

No século XVIII, o grande estoque do Armazém Real provinha das canoas do comércio, destacando-se a produção dos lugares de índios, como demonstra o estoque de Beja que atingia 1.298 arrobas de produtos entre os quais cacau, salsa, cravo fino e grosso, 6 potes de copaíba, 152 tartarugas, 66 potes de manteiga de tartaruga 33 cestos de peixe-seco e 50 cestos de castanha, além da produção extrativista doméstica dos índios, correspondente a dois potes de andiroba destinada, nesse ano de 1797, ao pagamento dos dízimos das produções dos índios⁶².

Colonos e índios pagavam dízimos de acordo com a produção, como observa-se em documentos referentes ao lugar de Beja, indicando o recolhimento de 46 alqueires de farinha da produção da roça doméstica. Quanto a roça do comum de Beja, o recolhimento de dízimos atingiu 69 alqueires de arroz, 114 mãos de milho⁶³, além de 11 cabeças de gado⁶⁴ produzidas nos currais sob o controle da administração absolutista e supervisionados pelo agente colonial que controlava o número de animais nos "currais de moradores". O gado normalmente era um dos componentes dos sistemas de produção de grande maioria dos colonos do Vale do Tocantins. Quanto aos lugares de índios, tem-se registro de Barcarena em documentos que revelam que os índios produziam de forma coletiva numa terra de sesmaria, baseados em sistema de produção misto, sendo os sistemas de produção compostos de cacau, café, mandioca e de gado vacum⁶⁵.

Os conflitos gerados entre os colonos do lugar de Conde e o governo decorriam da permanência das atividades extrativas em detrimento da produção de alimentos. Não existia farinha para consumo e nem para a tripulação da canoa do comércio⁶⁶. No período de 1762 a 1791, os documentos sobre produção extrativista do lugar de Conde corresponde a 2.380 arrobas de cacau, estopa, cravo grosso e fino e peixe, além de 209 potes de manteiga de tartaruga; 1.145 de tartaruga; 62 paneiros de castanha e 8 potes de copaíba. A baixa produção de 1,5 alqueires de arroz no lugar de Conde pode ser atribuída ao

⁶² APP - CDG (Beja): código 293 - documento 04, código 119 - documento 35, código 141 - documento 84, código 175 - documento 25, código 274 - documento 17, código 119 - documento 35, código 141 - documento 84, código 175 - documento 25, código 123 - documento 16, código 175 - documento 25 e código 293 - documento 04.

⁶³ APP - CDG (Beja): código 293 - documento 04, código 10 - documento 121 e código 68 - documento 03.

⁶⁴ APP - CDG (Beja): código 244 - documento 32.

⁶⁵ APP - CDG (Barcarena): código 29 p. 247.

⁶⁶ APP - CDG (Conde): código 107 - documento 03.

semeio de arroz torrado no forno, destinado à alimentação⁶⁷; a produção de farinha neste ano atingiu 60 alqueires e o criatório de animais restringiu-se a 12 cabeças. O destaque do sistema de produção de Conde fica com a roça do comum com 4 mil pés de café⁶⁸, cujo plantio tinha sido maior e a seca tinha reduzido a 1.500 pés⁶⁹. Todavia a roça dos índios, destinada ao comércio da feira de Nazaré, produziu laranja e banana⁷⁰.

Com o tempo, a administração colonial tentou solucionar os problemas de produção do Vale do Tocantins, que era responsável por grande parte do abastecimento da região do delta do Amazonas, implantou dois calendários agrícolas para a produção de mandioca que controlavam os fatores externos à produção, como inundações e problemas fitopatológicos. O objetivo era a garantia da produção das roças do comum.

Os roçados eram plantados no mês de janeiro por todo o Vale, com duas variedades de mandioca. A primeira de ciclo vegetativo entre 6 e 8 meses; e a outra para produção anual. A área estipulada em 80 braças em quadra, era calculada para 5 índios de machado (residentes na Vila). O objetivo eram produções para a fabricação de 100 alqueires de farinha a partir do sexto mês⁷¹.

Mão-de-obra

No período entre 1750 e 1759 agravou-se o conflito entre Estado e Igreja na Amazônia. Em documento de 18 de fevereiro de 1754 o governador Mendonça Furtado definia o papel das ordens religiosas⁷². A mão-de-obra anteriormente organizada pelos missionários passou a cargo dos juizes e diretores das vilas, que tinham a função de fornecer às aglomerações os índios chegados através de descimentos⁷³. A mão-de-obra indígena, totalmente adaptada às condições tropicais — coletores dos produtos da floresta, agricultores itinerantes, pescadores e salgadores, além de exímios construtores de embarcações —, continuou intensamente explorada.

⁶⁷ APP - CDG (Conde): códice 146 - documento 29.

⁶⁸ APP - CDG (Conde): códice 146 - documento 29 códice 29 pp: 184-191 e códice 171 - documento 28.

⁶⁹ APP - CDG (Conde): códice 257 - documento 59.

⁷⁰ APP - CDG (Conde): códice 274.

⁷¹ APP - CDG (Acará): códice 567 - documento 148.

⁷² Cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (Carneiro de Mendonça1963, p.505).

⁷³ AHUM - Lisboa. Diretório do Índio. Século XVIII. (art. 78).

Durante mais de um século, a mudança apregoada no Diretório do Índio, de estatuto da condição de escravo para livre, não alterou a condição dessa força de trabalho, cujo papel de produtora de alimentos era o eixo dessa política metropolitana.

O crescimento da população nas vilas e as fugas dos índios durante o Diretório intensificaram os descimentos⁷⁴. A administração absolutista incentivou o povoamento das novas vilas trazendo a esses núcleos os índios que ainda estavam na floresta.

Do lugar de índio de Conde, antiga aldeia Mortiguara, saíam as escoltas em direção ao lugar de índio de Beja para examinar os distritos adjacentes das vilas e demais povoações, com o objetivo de destruir os mocambos formados por índios que trabalhavam no serviço real, escravos africanos e vadios⁷⁵.

Para que os mecanismos de controle do Diretório entrassem em vigor, tornou-se necessária a redistribuição da mão-de-obra indígena entre as atividades agrícolas e de extração de drogas do sertão. Entretanto, se os diretores privilegiaram as atividades do sertão e a administração do Estado requisitava mão-de-obra para os “serviços reais”, o resultado era o desfalque dos trabalhadores fixados nas vilas e lugares para a produção de alimentos⁷⁶.

As instruções contidas no Diretório proporcionaram aos diretores e outros funcionários a oportunidade de ampliar os privilégios econômicos próprios. O parágrafo 50 do Diretório autorizava a cada diretor e capitão-mor o direito de enviar quatro índios à coleta das drogas do sertão, número ampliado, pois o diretor tinha como prioridade o maior contingente de pessoal nas canoas do comércio de onde provinham seus lucros. A retirada da mão-de-obra para as feitorias influía diretamente na produção de alimentos. O Estado, preocupado em estabelecer seus domínios geopolíticos, também contribuiu para aumentar a escassez.

Os documentos dos arquivos do Pará e de Lisboa refletem a temática de escassez de índios. No lugar de Beja a falta de índios para compor a tripulação da canoa do comércio da vila era atribuída à transferência de índios para a Fábrica Real de Barcarena. O atraso da expedição de coleta era atribuída a

⁷⁴ Os descimentos eram os transportes dos índios da floresta para as aldeias missionárias.

⁷⁵ APP - CDG (Conde): código 570 - documento 375.

⁷⁶ Ravena (1994, p.46).

ausência de quinze índios enviados à Barcarena, além da fuga de outros doze. Segundo o diretor, esses índios que formavam a tripulação da canoa do comércio haviam retornado ao lugar de Beja, onde não permaneceram dois dias, tendo que voltar à Barcarena, por ordem do inspetor das Fábricas Reais. A justificativa do funcionário era que as canoas fabricadas com a ajuda desses mesmos índios deveriam ser conduzidas aos destinos⁷⁷. Aqui observa-se a fuga aliada à migração existente na rede de produção montada pelo Estado.

A pressão sobre a produção de alimentos e a insistência dos diretores no extrativismo concentraram o excedente de alimentos nas expedições de coleta, marcando o período do Diretório. Como exemplo, tem-se o setor de produção da vila de Cametá baseado em produções das roças do comum fornecendo mão-de-obra para os colonos envolvidos nas feitorias, em detrimento da produção de alimentos. O jogo de interesses acentua o discurso de escassez de índios⁷⁸. A vontade dos diretores incentivava a fuga de índios, mulatos e escravos como ressaltado no fato ocorrido no lugar de Baião⁷⁹.

A arrecadação dos dízimos, que não trazia dividendos ao diretor, era negligenciada. Em Cametá, maior produtora de mandioca e de cacau de cultivo, as remessas para a Tesouraria do Índio não ultrapassavam 144 alqueires de farinha, correspondente à arrecadação feita pelas canoas dos dízimos. Comparado-se os meses gastos nas viagens do sertão, os deslocamentos para os resgates não ultrapassavam cinco dias. As duas canoas de arrecadação dos dízimos de Cametá tinham a disposição nada mais que oito índios como tripulação para o recolhimento no rio Cupijó, e outra com três índios que navegavam pelo rio Tocantins⁸⁰.

O Diretório do Índio regulamentava que a metade da população entre 13 e 60 anos seria distribuída entre os habitantes brancos pois, além da colheita do sertão, existia a cultura do tabaco, do cacau, da cana de açúcar e do algodão⁸¹. Como se não bastasse a lei instituída, fatos como o ocorrido no lugar Beja beneficiou os produtores de cacau com a obtenção de portarias específicas para o cacau. A explicação para essa vantagem que proporcionava fácil acesso da mão-de-obra é justificada pelo Estado que dizia ser o cacau a encabeçar a

⁷⁷ APP - CDG (Beja): código 107 - documento 48.

⁷⁸ APP - CDG (Cametá): código 07 - documento 03.

⁷⁹ APP - CDG (Baião): código 246 - documento 90.

⁸⁰ APP - CDG (Cametá): código 28 - documento 13.

⁸¹ AHUM- Lisboa. Diretório do Índio (art. 64-66).

lista das exportações do Pará⁸². O compromisso dos colonos eram produções suficientes para o carregamento das frotas mercantis.

A análise das medidas contidas no Diretório permite a inferência de que elas foram elaboradas para que o Estado absolutista controlasse tudo que havia na capitania. A questão da mão-de-obra no Vale do Tocantins se prolongou no século XIX, período de fortes reações dos índios e dos escravos africanos, categorias que definiam os rumos da capitania⁸³.

Plantios e práticas agrícolas

Apesar de forma não generalizada, a agricultura dos índios continuou a ser copiada, ao mesmo tempo que as práticas agrícolas indígenas das margens férteis dos rios foram se modificando com os novos agrossistemas⁸⁴ voltados para a demanda dos produtos que faziam o grosso comércio dos europeus⁸⁵. Os colonos que possuíam recursos humanos africanos administraram a força de trabalho escravo, dividindo-a em dois grupos, mantendo os índios ocupados em atividades de construção de canoas, e em pescarias e colheitas do sertão⁸⁶.

O sistema de Sesmarias estabelecido no Vale ajudou a tornar estáveis as terras de cacau delineando os estabelecimentos agrícolas de Cametá,⁸⁷ onde era possível, em dezoito dias, preparar áreas de 150 braças de comprimento por 50 braças de largura⁸⁸. Foi um período de conflitos pela disputa do poder entre produtores endividados que, para saldar as dívidas, tentavam negociar várias vezes a mesma plantação de cacau⁸⁹.

A seleção natural das sementes, herança das aldeias missionárias foi propagada pelo lugar de Beja que reproduzia a prática no momento da colheita, separando no mínimo, 10 mãos de milho e 10 alqueires de arroz para novos plantios⁹⁰. Os machados, foices, enxadas, facões, além da roda de ralar mandioca continuaram fazendo parte dos equipamentos componentes do processo produtivo do Vale.

⁸² APP - CDG (Beja): código 175 - documento 25.

⁸³ APP - CDG (Baião): código 598 - documento 312.

⁸⁴ Os agrossistemas são os ecossistemas desorganizados.

⁸⁵ Resinas e gomas para a indústria; e óleo de copaíba, azeite de andiroba e manteiga de tartaruga para a farmacopéia.

⁸⁶ Angelo-Menezes (1994).

⁸⁷ APP - CDG (Baião): código 275 - documento 60.

⁸⁸ APP - CDG (Cametá): códigos 707 e 713.

⁸⁹ APP - CDG (Cametá): código 205 - documento 93.

⁹⁰ APP - CDG (Beja): código 10 - documento 121.

Produção, abastecimento e comercialização

Produção, comercialização e abastecimento se confundem nos registros coloniais ficando evidente, porém, que a política mercantilista na qual se assentava o projeto pombalino intensificava, cada dia mais, a cobrança de dízimos sobre as produções destinadas ao consumo. Era uma forma de controlar as produções de farinha, feijão, arroz, milho e carne bovina, fortalecendo o monopólio do Estado. Os açougues funcionavam a partir dos contratadores de carnes que mediavam a compra do gado. A Fazenda Real, proprietária dos açougues, tinha uma canoa para distribuir o produto, na intenção de evitar qualquer iniciativa privada dentro do Vale do Tocantins.

A vila de Cametá era o maior centro de abastecimento do Vale do Tocantins, e as produções de mandioca das roças do comum atingiam 800 alqueires de farinha mensal⁹¹. Normalmente 600 alqueires eram destinados às expedições de demarcações das fronteiras e o restante servia para complementar os déficits de povoações, como por exemplo, o lugar de Baião, que tinha níveis insuficientes de qualquer que fosse a produção⁹².

Em Cametá, o processo de produção era alterado somente quando o desgaste dos equipamentos das casas de farinhas exigiam reparos prolongados, como a engrenagem para ralar raízes. Os custos de manutenção das casas de farinha eram ressarcidos pela Tesouraria Geral do Índio mediante produções das roças do comum⁹³, enquanto a Fazenda Real ficava responsável pelos custos das tripulações das canoas de arrecadação dos dízimos. Essa constatação documental é exemplificada por informações sobre a canoa de arrecadação dos dízimos de Cametá que recebeu 90 panos de algodão e 49 alqueires de farinha para cobranças de colonos em atraso com os dízimos destinados ao serviço real⁹⁴.

Cametá supria as necessidades do lugar de Baião com material vegetativo para o plantio e ferramentas⁹⁵ em decorrência da proximidade das povoações localizadas às margens do rio Tocantins. Todavia, a escassez de mão-de-obra talvez explique a falta de autonomia produtiva de Baião, que não conseguiu

⁹¹ APP - CDG (Cametá): código 52 - documento 90.

⁹² APP - CDG (Cametá): código 151 - documento 41.

⁹³ APP - CDG (Cametá): código 176 - documento 13.

⁹⁴ APP - CDG (Cametá): código 23 - documento 48.

⁹⁵ APP - CDG (Baião): código 45 - documento 26.

colocar em prática o calendário agrícola que previa um escalonamento para que as roças do comum produzissem duas safras de mandioca por ano⁹⁶.

A centralização do abastecimento, principalmente de farinha, na Vila de Cameté entrou em colapso. Os débitos se avolumavam, os devedores aumentavam e as roças do comum tornaram-se insuficientes⁹⁷. Entretanto a Câmara de Cameté só percebeu a dimensão do problema quando o abastecimento atingiu as solicitações pessoais do governador da capitania do Grão-Pará e Maranhão cuja lista de pedidos foi atendida parcialmente (...uma tartaruga e uns poucos arpões...) ⁹⁸.

O abastecimento do destacamento do Forte Nossa Senhora de Nazaré em Alcobaça, acima do lugar de Baião, também foi prejudicado, fato refletido além-mar por envolver a defesa da capitania contra inimigos que navegavam pelas águas interiores da Amazônia.⁹⁹

As formas de transferência (resgate, derrama e dízima)¹⁰⁰, pensadas pela administração absolutista, centralizando as produções do Vale em um único local, para em seguida redistribuir, foi um insucesso¹⁰¹ por causa dos mecanismos de controle com a finalidade de cooptar os excedentes produzidos, organizados, especialmente mediante avaliação das roças e da cobrança dos dízimos. O controle sobre as plantações de subsistência dos indígenas aparece particularmente no parágrafo 26 do Diretório do Índio, propondo alteração dos ritmos de trabalho dos índios, única forma de cooptar uma parcela maior do excedente. Isso era feito por diretores que elaboravam listas nominais das roças dos índios, discriminando a qualidade e a quantidade dos componentes dos sistemas de produção¹⁰².

O abastecimento de carne e a organização da comercialização fazia parte do pensamento político-econômico da colônia. A escassez do peixe e da carne

⁹⁶ APP - CDG (Cameté): código 23 - documento 48.

⁹⁷ APP - CDG (Cameté): código 231 - documento 09.

⁹⁸ APP - CDG (Cameté): código 07 - documento 18.

⁹⁹ APP - CDG (Cameté): código 231 - documento 23.

¹⁰⁰ Resgate = dívida; derrama: tributo local repartido em proporção com os rendimentos de cada contribuinte; dízima: imposto equivalente a um décimo do rendimento.

¹⁰¹ O Bispo Miguel de Bulhões como governador interino do Estado, quando da instalação da Expedição de Demarcação de Fronteiras mandava arrecadar farinha de todas as aldeias para abastecer a Expedição, concentrando toda a produção no Armazém de Belém para depois enviá-la ao Rio Negro (Ravena, 1994, p.137).

¹⁰² AHUM – Lisboa. Diretório do Índio, século XVIII.

para a população era atribuída a comercialização inapropriada em razão da inexistência de uma infra-estrutura apropriada (açougues). Por trás desse argumento, o fato é o impedimento dos moradores cortarem carnes verdes e comercializarem diretamente com a população. A questão de fundo era a perda dos lucros auferidos pelo contratador ligado a Fazenda Real¹⁰³. Entretanto para o procurador da Câmara de Cametá os contratos de carnes eram necessários para solucionar a distribuição e a comercialização, pois a falta de carnes para a população influenciava diretamente em outros setores, tais como a colheita, quando a mão-de-obra escrava (indígena e africana), trabalhando nas atividades agrícolas, era deslocada para a caça e a pesca destinadas à dieta alimentar¹⁰⁴.

Os contratos traziam benefícios diretos para o responsável dessa atividade (contratador), elemento escolhido pela Câmara de Cametá, ao mesmo tempo que resolvia o problema do governo, como controlador das vendas. O contrato comercial autorizado beneficiava também o responsável pela comercialização de aguardentes, que recebia 8% sobre os contratos¹⁰⁵, evidenciando a importância de mecanismos, como a cachaça, para o controle da força de trabalho indígena, mecanismo, este, apropriado para atrair o índio para a troca do produto pelo trabalho.

O controle colonial sobre a produção do aguardente era feito pela cobrança de um imposto denominado subsídio literário, considerando os alambiques existentes nos engenhos. Em Barcarena, os proprietários dessas usinas negavam-se a pagar o imposto, sendo a fiscalização rigorosa, exemplificada na apreensão de vinte frasqueiras e três frascos de aguardente, que estavam sendo comercializados sem a guia do pagamento do subsídio literário¹⁰⁶.

A forma de gerenciamento dos contratos no Vale do Tocantins prolongou-se até a metade do século XIX, quando a Junta Provisória do Governo Civil assumiu o governo da capitania, doravante Província, passando a gestão dos contratos para a Junta da Fazenda Nacional¹⁰⁷.

¹⁰³ APP - CDG (Cametá): código 570 - documento 21.

¹⁰⁴ APP - CDG (Cametá): código 259 - documento 37.

¹⁰⁵ APP - CDG (Cametá): código 205 - documento 100.

¹⁰⁶ APP - CDG (Barcarena): código 267 - documento 25.

¹⁰⁷ APP - CDG (Cametá): código 573 - documento 155.

O transporte e o poder absolutista

O transporte, por inserir-se na esfera da circulação, era monopolizado pela Fazenda Real. Começando com a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, estendeu-se até o período da nova organização administrativa pombalina. No Vale do Tocantins, ele era feito através das canoas sob a administração dos diretores das vilas e lugares, e essa centralização gerava problemas nos transportes de cargas e das populações.

A fabricação das embarcações era executada no Arsenal de Marinha do Pará ou controlada por essa instituição, sendo proibida qualquer iniciativa privada para evitar a diminuição dos rendimentos provenientes da venda das canoas e da perda do controle sobre a produção.

O lugar de Conde, que não dispunha de canoas suficientes para enviar para a Fazenda Real a produção correspondente ao dízimo do arroz referente a 145 alqueires¹⁰⁸, serve para ilustrar o caos do monopólio colonial. Mesmo que situações como essa prejudicassem os cofres da Coroa, somente para algumas povoações ampliou-se o setor da construção naval com autorizações do governador dando poderes e meios para que o diretor do lugar de Conde construísse uma canoa com capacidade para 2 mil arrobas e tripulação de 42 homens, além de uma outra do tipo igarita¹⁰⁹. O lugar de Baião enfrentava problema semelhante ao de Conde, mas não teve autonomia, agravado pela inexistência de índios carpinteiros com habilidades na construção naval. A madeira, segundo componente para qualquer que fosse o calado da embarcação, existia nas cercanias de Baião¹¹⁰ e servia de argumento para a direção administrativa do lugar, sem sucesso. Em Baião, a canoa do comércio era utilizada também para cobrar os dízimos¹¹¹, prejudicando essa atividade; em determinados períodos, quando a situação era agravada o problema era contornado com o empréstimo das canoas do comércio de Mojú¹¹², situação que tornou-se insuportável, finalizando com a transferência do especialista carpinteiro encarregado da construção de dois botes: um coberto e com capacidade de carga entre 25 e 30 alqueires; o outro de seis a oito remos por banda, destinado às necessidades do serviço real ou do interesse público do Estado¹¹³.

¹⁰⁸ APP - CDG (Conde): código 219 - documento 67.

¹⁰⁹ APP - CDG (Conde): código 132 - documento 21.

¹¹⁰ APP - CDG (Baião): código 163 - documento 55.

¹¹¹ APP - CDG (Baião): código 274 - documento 68.

¹¹² APP - CDG (Mojú): código 191 - documento 34.

¹¹³ APP - CDG (Baião): código 139 - documentos 13 e 16.

A vila de Cametá era a única que não enfrentava problemas de transporte por causa da sua representação política e administrativa, com autonomia para a construção de embarcações, trabalho facilitado pelo estaleiro que apoiava o Arsenal da cidade do Pará¹¹⁴. Mesmo assim, o transporte coletivo era raro e a população que não dispunha de barcos próprios, sempre prejudicada, teve esse problema resolvido depois da construção de um bote de 30 palmos de comprimento com cinco remos de cada lado¹¹⁵. Quanto ao transporte de carga de Cametá, ele continuou deficitário frente as crescentes produções da roça do comum que rendiam acima de 200 alqueires de farinha¹¹⁶. Os documentos revelam que no final do século XVIII, os estaleiros de Cametá trabalhavam na construção de duas canoas com capacidade de 1.500 e 2.000 arrobas¹¹⁷.

O desenvolvimento do Vale passou a exigir embarcações de maior porte para o giro entre as povoações e circulação do comércio, sendo definido pelo decreto que os recursos financeiros provenientes do lucro dos fretes das canoas do comércio seriam destinados à construção de novas canoas. Com isto, as vilas e lugares de índios do Tocantins passaram a retirar parte dos lucros auferidos nos fretes das suas canoas; depois de separado o pagamento dos cabos (chefes das tripulações das canoas) e comissão dos tesoueiros, o restante do produto em depósito era destinado à manutenção e à construção de novas canoas¹¹⁸.

CONCLUSÃO

Na Amazônia, as instituições coloniais e as forças da economia mercantil modelaram um novo sistema agrário. Nesse sistema, assimila-se a história da metrópole a partir da predeterminação dos ideais mercantilistas e de objetivos do mercado colonial, enquanto as sociedades indígenas vêem retirados do seu proveito saberes sobre a floresta, rios e espécies. Seja na Amazônia contemporânea ou na Amazônia colonial, o processo de colonização reforçou e reforça as zonas de agricultura comercial e da pecuária, a revelia do manejo sustentado desenvolvido pela população tradicional.

¹¹⁴ APP - CDG (Cametá): código 07 - documento 18.

¹¹⁵ APP - CDG (Cametá): código 07 - documento 101.

¹¹⁶ APP - CDG (Cametá): código 200 - documento 96.

¹¹⁷ APP - CDG (Cametá): código 292 - documento 4.

¹¹⁸ APP - CDG (Cametá): código 306 - documento 152.

As transformações do ambiente e das relações homem e meio são percebidas em curto espaço de tempo, de maneira, a identificar as conseqüências desastrosas das políticas de desenvolvimento agropastoril de 1984 e da exploração madeireira ou mineral em execução nos planos econômicos de 1966, com suas marcas visíveis e muito evidentes pela rápida depredação dos ecossistemas da Amazônia.

O Vale do Tocantins, como referência da Amazônia colonial, era o mais povoado, em especial no círculo próximo de Belém; na atualidade pode ser recomposta numa espécie de balanço das transformações econômicas, demográficas e ecológicas do meio e das relações do homem nele, ordenando-se os eventos e as marcas das rupturas do que permaneceu. Dois exemplos: a canela desapareceu das matas, restando apenas nos quintais das casas, enquanto o cacau é inexpressivo na economia do Vale. Esses dois fatos ajudam a dimensionar o que mudou no plano dos ambientes na ótica das transformações ocorridas pelas práticas dos homens, determinadas pelas políticas agrárias coloniais.

A paisagem agrária do Vale do Tocantins, como resultante da atividade organizada e das dificuldades ambientais contornadas, advém da dinâmica dos seus sistemas agrários, sendo marcada pela ruptura e a continuidade. A integração da Região Amazônica em um mundo de trocas capitalistas desestruturou o sistema agrário estabelecido depois de gerações. Foi relegado o aproveitamento regular e contínuo da floresta que era feito mediante práticas produtivas ecologicamente sustentáveis, estabelecidas a partir de um critério social diferente da lógica mercantil. Nessa diferença da lógica de organização venceu o colonizado que desconsiderou a estruturação de micros espaços que identificam a Amazônia, a partir de uma visão holística que considerou a totalidade confundindo o entendimento de que cada ponto do espaço é particular, resultando no desencadeamento de uma sucessão de procedimentos prejudiciais ao meio ambiente. O que aconteceu com a canela revela a pressão do mercado e os efeitos depredadores da exploração.

O enfoque deste ensaio apresenta um sistema agrário, onde os ecossistemas tiveram o homem como elemento interveniente durante o processo de colonização européia. Utilizou-se a contribuição das ciências naturais e sociais, a partir do aporte teórico interdisciplinar, o qual permite análises das relações entre sociedade e espaço, assim como as relações no interior da sociedade agrária desse espaço. Os sistemas sociais agrários são vistos de forma mais

global que as unidades produtivas e menos centrado no processo técnico de produção, facilitando o desvendamento da sociedade agrária do Vale do Tocantins como uma unidade geográfica sujeita a fenômenos globais, tais como a repartição e mobilidade da população, limites do meio físico e organização do mercado. O sistema agrário do Vale do Tocantins foi aqui recomposto considerando-se as inter-relações entre as povoações coloniais de Barcarena, Conde, Beja, Abaetetuba, Moju, Acará, Igarapé-Miri, Cametá e Baião, situadas ao longo do Rio Tocantins e seus afluentes, e a cidade de Belém do Pará, localizada no delta do Amazonas. (Ver mapa p. 122.)

Talvez a grande contribuição desta reflexão seja o fato de indicar caminhos para outros estudos sobre as transformações de outros sistemas agrários da Região Amazônica, considerando-os níveis geográficos e de escalas de tempo, e que o funcionamento esteja relacionado com a diferenciação de unidades geográficas representadas por paisagens diferentes. Ressalta-se a importância de indicadores gerados a partir das relações da sociedade rural num determinado espaço, fundamentais para abordagem da problemática dos sistemas agrários locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO MARIN, R.E. Agricultura no delta do Rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. Belém: UFPA / NAEA, 1994.
- ANDERSON, A.; POSEY, D.A. Management of a Tropical Scrub Savanna by the Gorotire Kaiapó of Brazil. Resource management in Amazonia: Indigenous and folk strategies. New York: The New York Botanical Garden, 1989. D.A. Posey and W. Balée, editors.
- ANGELO-MENEZES, M. de N. Histoire sociale des systèmes agraires de la Vallée du Tocantins-État du Pará-Brésil: colonisation européenne dans la deuxième moitié du XVIII siècle et la première moitié du XIX siècle. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1988. Thèse du Doctorat.
- ANGELO-MENEZES, M. de N. Histoire sociale des systèmes agraires dans la vallée du Tocantins: ruptures et stabilité (1669-1800). Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1994.

- ANGELO-MENEZES, M. de N. O sistema agrário do Vale do Tocantins Colonial: agricultura para consumo e para exportação. Revista Projeto História: Espaço e Cultura, São Paulo, n.18, 1999.
- ANGELO-MENEZES, M. de N.; GUERRA, G.A.D. Exploração de madeiras no Pará: semelhanças entre as fábricas reais do período colonial e as atuais serrarias. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.15, n. 3, p.123-145, set./dez. 1998.
- ANGELO-MENEZES, M. de N.; REYNAL, V. de. Recherche-Développement en Amazonie: formalisation du savoir des agriculteurs. In: CARIBBEAN Food Crops Society. France, Guadeloupe, 1989.
- BAENA, A.L.M. Ensaio corográfico sobre a Província do Pará. Belém, 1829.
- CARNEIRO de MENDONÇA, M., org. A Amazônia na era Pombalina - Correspondência inédita do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759. Rio de Janeiro : IHGB, 1963. 3v.
- CHASE, J. Géographie du capital marchand aux Amériques: 1760-1860. Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987. Textes rassemblés.
- DANIEL, J. Tesouro descoberto no Rio Amazonas. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1976.
- DEFFONTAINES, J.P.; OSTY, P.L. Des systèmes de production agricole aux systèmes agraires. L'Espace Géographique, n. 3, p.195-199, 1977.
- DAURIL, A. O significado da produção de cacau na Região Amazônica. Belém : UFPa, 1974. p.18-28.
- FALCON, F.J.C. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. p.301.
- MENDRAS, H. La fin des paysans. Paris : S.E.D.E.I.S., 1967. 358p. (Colletion Futuribles).
- PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil contemporâneo. [S.l.: s.n.], 1992. p.71.
- PRODIAT. Plano de Desenvolvimento da região Araguaia - Tocantins (1985-1994). Brasília: Secretaria de Administração Pública da Presidência da República. Grupo de Estudos de Políticas Públicas, 1987. p. 39.

- RAVENA, N. Abastecimento: falta e escassez do pão ordinário em aldeias e vilas do Grão-Pará. Belém: Universidade Federal do Pará, 1994.
- ROOSEVELT, A.C. Parmana - prehistoric maize and manioc subsistence along the Amazon and Orinoco. New York: Academic Press, 1980.
- SMITH, R. A presença da componente populacional indígena na demografia histórica da capitania de Pernambuco e suas anexas na segunda metade do século XVIII. Fortaleza: UFC / CNPq, 1996.
- VIRGOLINO-HENRY, A.; FIGUEREDO, A.N. A presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990. p.10-250. (Documentos Históricos, 1).
- VISSAC, B.; HENTGEN, A. Présentation du Département de Recherches sur les systèmes agraires et sur le développement. In: ACTES DE L'ASSEMBLÉE CONSTITUTIVE DU SAD. Eléments pour une problématique de recherche sur les systèmes agraires et le développement. [S.l.: s.n.], 1979.

Fonte: Prodiat, 1987.